

## Governo a Temer



## Projeto sem votos e ilegítimo para promover reformas que prejudicam os trabalhadores

# Propostas disfarçam ataque aos direitos dos trabalhadores e ao Estado do bem-estar social

O que diz a proposta:	O que REALMENTE quer dizer:
Executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada.	Exploração de setores que geram riquezas para iniciativa privada e limitação do desenvolvimento do país.
Equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e redução do endividamento público.	Aumento de impostos para garantir o superávit primário e o pagamento dos juros da dívida pública.
Reforma sistemática do orçamento, para acabar com vinculações constitucionais.	Fim dos gastos mínimos com saúde e educação e redução dos programas sociais públicos.
Regulamentação da terceirização para garantir "segurança jurídica" para empresas.	Ampliar a terceirização significa reduzir salários e direitos dos trabalhadores.
Atualização das regras trabalhistas para tornar o setor industrial mais competitivo.	Retirada de direitos previstos na CLT: férias, 13º salário, intervalo entre jornada, etc.
Permitir que as Convenções Coletivas prevaleçam sobre as normas legais.	Retirada de direitos contratados.
Ampliar a idade mínima para a aposentadoria.	Prejudica diretamente os trabalhadores e legitima um déficit previdenciário que não existe.
Prioridade para o ensino fundamental e médio, com maior presença do Governo Federal no ensino básico.	Prejudicar o ensino superior e favorecer governadores e prefeitos (responsáveis pelo ensino fundamental e médio.)
Limitar o Pronatec e os empréstimos estudantis.	Reduzir o acesso aos cursos profissionalizantes e ao ensino superior.
Melhorar a gestão financeira em todos os níveis da rede de saúde e obter margem fiscal para elevar os recursos.	Investimentos limitados ao cenário fiscal e fim das garantias de pleno funcionamento do sistema de saúde.
Identificar oportunidades de colaboração com o setor privado de saúde, para desenvolver parcerias público-privadas.	Aumentar a privatização da saúde pública e ampliar a saúde complementar (planos de saúde).
Fim do controle da Petrobras sobre o Pré-sal.	Significa entregar a exploração do petróleo a estrangeiros sem garantia de investimento dos lucros no desenvolvimento do país.
Fim do Regime de Partilha para o Pré-Sal.	Perda das receitas de R\$ 480 bilhões a serem investidos em saúde e educação.